

PLANO DE ENSINO	
Instituição	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Curso	Formação de AVALIADORES DE RENDA: a Perspectiva Sócio-histórica e os Aspectos Legais e Práticos da Lei 12.711/2012 - <i>Lei de Cotas</i>
Carga horária total	30 (trinta horas)
Público-alvo	Todos os servidores
Nº de vagas	50
Instrutora principal:	Janaina da Silva Nogueira (jnogueira@ufrj.br)
Instrutores convidados:	Daniela Moreno de Azevedo; Renan Arjona de Souza; e Waldirene Aparecida Paula de Paiva

Ementa

Módulo I - Perspectiva Sócio-histórica:

- ✓ Apresentar o momento anterior e posterior à inclusão do tema da demanda por democratização do acesso às instituições de educação superior que resultaram em ações públicas encadeadas que possibilitaram o acesso à educação superior;
- ✓ Demonstrar as ações e as etapas que envolvem a adoção de políticas públicas, justificando a legitimidade de proposições de ações afirmativas no âmbito do ensino público;
- ✓ Apresentar as ações contínuas e descontínuas do sistema educacional brasileiro;
- ✓ Demonstrar a adoção do viés privado, principalmente na educação superior;
- ✓ Mostrar o impacto da desigualdade educacional que resultou em medidas reparatorias específicas que viabilizassem o acesso às instituições federais de ensino - IFES;
- ✓ Apresentar os objetivos, o prazo e as alterações estabelecidos pela Lei 12.711/12;
- ✓ Esclarecer a abrangência e difundir os grupos de estudantes atendidos, mostrando argumentos contrários e favoráveis que permearam o debate sobre a lei;
- ✓ Apresentar o contexto socioeconômico da Baixada Fluminense; e
- ✓ Demonstrar os critérios de comprovação de cada modalidade de ingresso, formalizadas pelos atos administrativos de solicitação de matrícula, etapa (s) que visa(m) analisar e legitimar os destinatários de cada grupo(s) vinculado(a) à Lei de Cotas, apresentando os instrumentos jurídicos de regulamentação da lei (decretos, portarias e editais).

Módulo II - Práxis aplicada a Condição e a Comprovação de Renda:

- ✓ Esclarecer os objetivos da análise de renda como etapa de homologação das vagas reservadas aos estudantes declarados hipossuficientes;
- ✓ Definir conceitos relativos à condição de renda e à comprovação de renda;
- ✓ Apresentar as metodologias e os critérios de análise adotados;
- ✓ Apresentar os instrumentos legais que respaldam as metodologias e os critérios adotados para análise;
- ✓ Apresentar os instrumentos procedimentais institucionais disponíveis para os avaliadores e aqueles disponíveis aos candidatos;
- ✓ Apresentar as categorias e documentação mínima exigida listadas no anexo II da Portaria Normativa do MEC 18/2012;
- ✓ Apresentar as categorias e documentação complementar exigida no edital aprovado pela UFRRJ;
- ✓ Apresentar aos cursistas a dinâmica institucional da atividade de análise de renda;
- ✓ Realizar simulações práticas da atividade;
- ✓ Indicar procedimentos para o atendimento dos candidatos sob a perspectiva da inclusão e diversidade;
- ✓ Demonstrar as informações que devem ser observadas em cada grupo de documentos apresentados para análise;
- ✓ Orientar como realizar a apuração da renda familiar bruta *per capita*;
- ✓ Identificar as situações que devam ser encaminhadas à assistência social;
- ✓ Apresentar aos cursistas o contexto real institucional de realização da atividade de análise de renda;
- ✓ Analisar casos de análises realizadas em processos anteriores;
- ✓ Demonstrar os impactos para análise de renda resultantes da precarização do trabalho, dentre eles: a terceirização, a uberização do trabalho, a substituição de contratos celetistas por contratos por pessoa jurídica, os contratos intermitentes e suas respectivas variantes;
- ✓ Identificar as categorias de renda oriundas de trabalhadores informais;
- ✓ Distinguir os trabalhadores informais, os microempreendedores e microempresários;
- ✓ Analisar as configurações familiares na atualidade;
- ✓ Apresentar os aspectos sociojurídicos de guarda e tutela;
- ✓ Avaliar as situações que envolvem direito a alimentos;

- ✓ Demonstrar a distinção entre as dimensões de uma lei e a abrangência de uma política pública;
- ✓ Refletir com os cursistas as ações e condução da proposta formativa (avaliar o material produzido e selecionado face a carga horária planejada); e
- ✓ Promover uma ação de sensibilização com os cursistas (encerramento).

Justificativa

Formar técnico-administrativos para atuarem como membros de comissões de análise de renda, servidores designados para verificar a documentação de estudantes declarados com renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, em cumprimento à etapa de comprovação da condição de renda regulamentada pela Portaria Normativa do MEC 18/2012 - vinculada a Lei 12.711/12 - Lei de Cotas. A proposta formativa visa promover uma formação que não se restrinja aos aspectos instrumentais e legais, aliando a estes instrumentos, a perspectiva sócio-histórica e ações práticas.

Competências a serem desenvolvidas

- ✓ Aliar os conhecimentos legais e práticos aos conhecimentos acerca do processo histórico das desigualdades educacionais na sociedade brasileira, em especial, as desigualdades de acesso ao ensino superior;
- ✓ Ser capaz de identificar a importância das políticas públicas educacionais de viés socioeconômico voltadas a egressos de escolas públicas;
- ✓ Observar os procedimentos para o atendimento aos candidatos sob a perspectiva da inclusão e diversidade;
- ✓ Compreender o processo de análise da documentação de renda; e
- ✓ Atuar como membro das comissões de análise de renda, aplicando de forma efetiva os conhecimentos e habilidades desenvolvidas durante o curso.

Estratégias de Ensino

- ✓ Aulas síncronas pelo uso das plataformas *Zoom*, *Google Meet* e *Google Classroom*.
- ✓ Simulação de atividades práticas e análise de estudo de casos.

Recursos Didáticos

- ✓ Recursos multimídia audiovisuais/slides/videoaulas; filmes/documentário; fotos/imagens.

Procedimentos de Avaliação

- ✓ Participação das atividades síncronas (remotas) e assíncronas, tais como: respostas a questionários, análise de vídeos e participação nas atividades práticas (simulação de análises e estudo de caso).
- ✓ Obtenção de frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) na respectiva carga horária da ação de desenvolvimento.

Conteúdo e Cronograma				
Aula	Data	Horário	Conteúdo Programático	Estratégia de ensino (ex.: videoaula, vídeos do YouTube, PowerPoint, chat, fórum...)
1	05/07/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo I- perspectiva sócio-histórica Reivindicações dos movimentos sociais Instrutor (a): Janaina Nogueira	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
2	08/07/22 (6ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo I- perspectiva sócio-histórica Democratização do acesso à educação superior Instrutor (a): Janaina Nogueira/ e ou Renan Arjona	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
3	12/07/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo I- perspectiva sócio-histórica Histórico das Políticas Públicas Educativas Instrutor (a): Renan Arjona	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
4	15/07/22 (6ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo I- perspectiva sócio-histórica Pressupostos da Lei 12.711/12 (Lei de Cotas) Instrutor (a): Janaina Nogueira	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
5	18/07/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo I- perspectiva sócio-histórica Critérios e requisitos - Lei de Cotas Instrutor (a): Renan Arjona	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
6	22/07/22 (6ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo I- perspectiva sócio-histórica recapitulação dos estudos iniciais Instrutor (a): Janaina Nogueira	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
7	26/07/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Objetivos, conceitos e metodologias da análise de renda Instrutor (a): Waldirene Paiva	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
8	02/08/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II- práxis Apresentação dos instrumentos legais e procedimentais Instrutor (a): Janaina Nogueira	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas

9	05/08/22 (6ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Atividade Prática	Encontro presencial
---	------------------------	------------------	---------------------------------------	---------------------

		10:00 às 12 h	Apresentação do contexto institucional de realização da atividade Instrutores: Janaina Nogueira/ Renan Arjona/ Waldirene Paiva (um por campus)	Atividades assíncronas
10	09/08/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Análise da documentação Instrutor (a): Waldirene Paiva	Encontro presencial Atividades assíncronas
11	12/08/22 (6ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Estudo de Caso Instrutores: Janaina Nogueira/ Renan Arjona/ Waldirene Paiva (um por campus)	Encontro presencial Atividades assíncronas
12	16/08/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Análise de renda e o viés interdisciplinar Conhecimentos Contábeis aplicados à análise Instrutor (a): Daniela Moreno	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
13	19/08/22 (6ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Análise de renda e o viés interdisciplinar Conhecimentos Sociojurídicos aplicados à análise Instrutor (a): Waldirene Paiva	Aula síncrona (remota) Atividades assíncronas
14	23/08/22 (3ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Análise de renda em formato de trabalho remoto Instrutor (a): Renan Arjona	Aula síncrona Atividades assíncronas
15	26/08/22 (6ª Feira)	10:00 às 12 h	Módulo II-práxis Encerramento Instrutor (a): Janaina Nogueira	Encontro presencial Atividades assíncronas

Obs: Os encontros presenciais acontecerão:

- Para os cursistas do campus Seropédica- Auditório da Biblioteca
- Para os cursistas do campus de Nova Iguaçu- Bloco da Pós-Graduação, sala 107
- Para os cursistas do campus Três Rios- A definir

Referências Bibliográficas

ANDIFES - Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. MG. 2019. **PESQUISAS DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO DAS IFES BRASILEIRAS.** Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2021.

ANHAIA, Bruna Cruz de. **O contexto de elaboração da Lei 12.711/2012: discursos dos tomadores**

de decisão. REVISTA FÓRUM IDENTIDADES, v. 27, p. 99-113, 2018. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/10364> Acesso em: 20 de maio de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BANIWA, Gersem. **Povos Indígenas, Ações Afirmativas, Ensino Superior e a Lei de Cotas.**

In: Educação Escolar Indígena no Século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.p.168-196. Disponível em: http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2019/09/MN_EducacaoIndigena.pdf Acesso em: 24 de maio de 2021.

BORGES, Liliam Faria Porto. **Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács.** Revista Educação em Questão, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.824/12 de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.824%2C%20DE%2011.ensino%20t%C3%A9cnico%20de%20n%C3%ADvel%20m%C3%A9dio Acesso em: 25 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 24 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016 - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm Acesso em: 24 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 25 de maio de 2021

Casa Fluminense- **Mapa da Desigualdade 2020.** http://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf

CFESS -Conselho Federal de Serviço Social - **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão.** Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsídios_sociojuridico2014.pdf Acesso em: 25 de maio de 2021

CONFERÊNCIA de Durban. **Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.** Relatório.

DEMO, P. **O Que É Política Social.** In _____ Política Social, Educação e Cidadania. Campinas, SP.: Papius, 1994. p. 09-24.

CRUZ, Francelle Brod et al. **A Informação Contábil em Prol do Bem Estar Social.** Revista Eletrônica de Contabilidade. Santa Maria:2005. p. 219-229. Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/6225-27514-1-SM.pdf> Acesso em: 05 de jun. de 2021.

Durban, África do Sul, 2001. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>
Acesso em: 20 de maio de 2021.

FERREIRA, Jean Assunção. **A Informação Contábil nas Tomadas de Decisão de Pequenas e Médias Empresas: uma reflexão sobre sua utilização e suas características qualitativas.** Revista Mineira de Contabilidade, [S. l.], v. 2, n. 30, p. 26–30, 2016. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/591> Acesso em: 25 maio 2021.

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Rio de Janeiro, 2014. **Cartilha - A Universidade É para Todos -Igualdade e Inclusão na Universidade.** <http://gemma.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/> Acesso em: 20 de maio de 2021.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. **Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento.** Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11 Acesso em: 20 de maio de 2021.

INSTITUTO FECOMÉRCIO RJ - **Rio em Números - Análise de Dados Socioeconômicos do Estado do Rio / Ano 1 - Número 1.** Disponível em http://www.fecomercio-rj.org.br/sites/default/files/fecomercio-rio/files/pagina_arquivo/rio_em_numeros_an01_numero01_print_completo_ifec_0.pdf Acesso em: 25 de maio de 2021

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Ano 25, n.66, (abril.2019).** Brasília:2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10274/1/bmt_66.pdf Acesso em: 05 de jun. de 2021.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (organizador) - **Família Brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez; 10^a ed. Brasília DF: UNICEF, 2014.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA- **Relatórios -Planos Plurianual.** Disponíveis em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa> Acesso em: 20 de maio de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf Acesso em: 25 de maio de 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa MEC nº. 09, de 05 de maio de 2017 - Altera a Portaria Normativa MEC no 18, de 11 de outubro de 2012.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portariaN9.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2021

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional - Curitiba:** Instituto Federal do Paraná, 2014.

PACHECO, Eliezer. **Conceitos e concepções - Parte III. In _____** Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio. SP. Moderna, 2012.p. 58-72. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2021.

RIBEIRO, Ricardo. **O Trabalho como Princípio Educativo**: algumas reflexões. Saúde e. Sociedade, v.18, supl. 2, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/SJj3TqPtxngWWKtScVDkYQF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 de maio de 2021.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas**. Revista de Ciências Humanas. Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3445/Itiner%C3%A1rio%20das%20A%C3%A7%C3%B5es%20Afirmativas%20no%20Ensino%20Superior%20P%C3%ABlico%20Bras>. Acesso em 17 de maio de 2021.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Coleção Estudos Afirmativos, 5: **Os Reflexos de Durban em Ouro Preto e sua Repercussão na UFOP**. Organização André Lázaro. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2015. 120 p. Disponível em <http://flacso.org.br/files/2015/10/Estudos-Afirmativos-Vol-5.pdf> Acesso em 17 de maio de 2021.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE COTAS EM TRÊS UNIVERSIDADES FEDERAIS MINEIRAS**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. MG.2018. Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AWKLUIJ/1/tese_adilson_pereira_dos_santos.pdf Acesso em 17 de maio de 2021.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Gestão Universitária e a Lei de Cotas**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2020.

SAVIANI, Demerval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação. PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/108> Acesso em: 17 de maio 2021.

SIERRA, Jamil Cabral; SIGNORELLI, Marcos Claudio (orgs.). **Diversidade e educação: interseções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia**. Matinhos: UFPR Litoral, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias [online]. 2006, n.16, pp.20- 45. ISSN 1807-0337. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

UFRRJ - EDITAL N.º 15/2018 - PROGRAD/UFRRJ - Edital de Reserva de Vagas da UFRRJ para Egressos de Escola Pública de Ensino Médio e condição de renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita (vigente no país no ato da inscrição), para os processos seletivos de acesso aos cursos de graduação da UFRRJ. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/sisu/wp-content/uploads/2019/01/edital-reserva-de-vagas.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2021.

OBSERVAÇÃO:

O presente Plano de Ensino origina-se do produto educacional vinculado a pesquisa de mestrado, desenvolvida por mim, intitulada *A FORMAÇÃO NO TRABALHO E O ENFRENTAMENTO À POBREZA: A PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NA EFETIVAÇÃO DA LEI DE COTAS*, defendida em 10 de dezembro de 2021 no programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT vinculado ao IFRJ/Mesquita.

O desenvolvimento da ação formativa contou com a contribuição (sujeitos da pesquisa) e a experiência de avaliadores que atuaram nas comissões de análise de renda, entre 2015 e 2019, vinculada aos processos seletivos para ingresso de graduandos nos cursos presenciais de graduação da UFRRJ em atendimento aos critérios relacionados a Lei de Cotas (Lei 12.711/12).

A proposta formativa foi elaborada para ser ministrada de forma interdisciplinar contando com a participação de instrutores (técnicos administrativos) que atuaram/ atuam como coordenadores das comissões de análise de renda vinculadas a PROGRAD e técnicos com conhecimentos contábeis, sociojurídico e do serviço social - preferencialmente que tenham atuado como membros das comissões de ingresso da PROGRAD.

Instrutores (em ordem alfabética):

Daniela Moreno de Azevedo (conhecimentos contábeis):

Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Signorelli e Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF). Servidora técnica-administrativa da UFRRJ, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade. Possui experiência como coordenadora da Comissão de Análise Socioeconômica em processos seletivos para acesso aos cursos de graduação presenciais da UFRRJ. Pesquisadora no LASSAL - Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina. Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6325438510005761>

Janaina da Silva Nogueira

Servidora técnica-administrativa (Secretária Executiva), atualmente lotada no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ- NAI/Rural. Desde 2015 colabora nas ações relativas às políticas públicas destinadas à democratização do acesso a estudantes vinculadas à Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD e, mais recentemente, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PROPPG. Coordenou a Comissão de Análise de Renda vinculada à PROGRAD entre 2015 e 2020. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, pós-graduanda do Educação Especial e Invocação Tecnológica oferecida pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/2729423944531010>

Renan Arjona de Souza

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós-graduado em Gestão Pública pela Faculdades Integradas Jacarepaguá (FIJ). Graduado em Administração de Empresas (Bacharel) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua como Administrador na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na função de Diretor da Divisão de Registros Acadêmicos da Pró-reitoria de Graduação. Atua na Coordenação da Comissão para avaliação de documentos dos candidatos às vagas reservadas do vestibular (modalidade de ação afirmativa voltada para estudantes economicamente vulneráveis).

Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/3492292074977618>


Waldirene Aparecida Paula de Paiva

Servidora técnica-administrativa (Assistente Social) atualmente lotada na Pró-reitoria de Graduação. Desde de 2010 atuando nas políticas de acesso e permanência, na última de 2010 a 2017 e na primeira de 2017 até a atualidade, presidindo a comissão de Análise Socioeconômica da Graduação, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialista em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências pela Universidade de Brasília-UNB, atualmente cursando o Mestrado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj, com ênfase no Trabalho e Política social.

Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0106189506516222>

Eventualmente, em virtude de problemas de deslocamentos, questões de conexões de rede e atividades laborativas inadiáveis ou emergenciais, os instrutores previstos para determinada aula poderão ser substituídos entre si ou haver alternância entre alguma das aulas previstas.

Seropédica, 27 de maio de 2022.

Documento assinado digitalmente
 JANAINA DA SILVA NOGUEIRA
Data: 26/05/2022 21:39:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Janaina da Silva Nogueira